



Petróleo TEM QUE SER NOSSO!

ATO DIA 07/06

**TODOS CONTRA O LEILÃO DO PETRÓLEO!
VAMOS BARRAR A 4ª RODADA
DE ENTREGA DO PRÉ-SAL**

ÔNIBUS PARA BARRA SAIRÁ ÀS 7H30 DO SINDICATO

INSCRIÇÕES ATÉ ÀS 20H DE HOJE PELO TELEFONE: (21) 99607-9083

CAI PARENTE, MAS A POLÍTICA DE PRIVATIZAÇÃO E PERDA DE DIREITOS NÃO!

Petroleiros à Greve Nacional

Em assembleias realizadas na manhã da sexta-feira (1) a categoria petroleira deliberou a suspensão da greve na base do Sindipetro-RJ iniciada na última quarta (30/5).

No entanto, já encaminhamos as medidas necessárias para retomar a greve nacional unificada contra a privatização, o equacionamento e a perda de direitos. Por isso, propomos a realização de uma plenária nacional de todos os sindipetros para a unificação.

A luta dos caminhoneiros, petroleiros e demais categorias contra Temer e as privatizações aumentou a pressão contra Pedro Parente e trouxe para a sociedade a desfaçatez da política de preços. Governo e Judiciário jogaram pesado com a abusiva e autoritária decisão liminar, ameaças internas e até campanha no Whatsapp, mas o terror não surtiu o efeito desejado e a categoria começou uma forte greve, mesmo que atrasada em relação a movimentação de caminhoneiros.

O LEGADO DE PEDRO PARENTE

A política de preços dos combustíveis implementada na gestão Parente é o pilar do plano privatização, inclusive de 60% da participação da Petrobrás em quatro refinarias (RLAM, RNEST, REPAR e REFAP), cedendo 25% do mercado de refino do país.

A estratégia entreguista visa mudar um cenário que persiste desde o fim do monopólio em 1997: nenhuma empresa privada construiu uma refinaria sequer no Brasil.

Em linha com os “especialistas” de mercado, que dizem que o fato da Petrobrás praticamente ser a detentora do refino é “ruim para o país”, Parente realizava sua política favorita: entregar a preço vil o patrimônio da Petrobrás e facilitar a vida dos privados que não querem investir; só lucrar às nossas custas.

Quanto ao novo presidente da Petrobrás, Ivan Monteiro, é mais do mesmo que, pois é cria de Aldemir Bendine, o homem que organizou o Plano de Desinvestimentos da Petrobrás, da ordem de R\$ 58 bi, já no governo Dilma. Monteiro já começa enrolado em possível conflito de interesse e, provavelmente com nosso dinheiro, pagando para se livrar de uma investigação da CVM.

(confira na página 2)

UNIDADE PARA LUTAR

Contraditoriamente, esse episódio demonstra também a dimensão da traição que foi a suspensão da greve, numa conjuntura de um governo com índice de aprovação na margem de erro e com Pedro Parente com a corda no pescoço, esta era justamente a hora de avançar!

A greve poderia, além de derrubar Parente, derrubar sua política de preços e a venda de ativos! Esta é nossa missão, por isso entendemos como errada a restrição da greve por tempo determinado (três dias, entre um feriado e final de semana). Pior, inicialmente, ter tentado submeter a luta petroleira na campanha de defesa do ‘Lula Livre’, que não unifica a categoria, bem como não ter buscado unidade na luta junto aos sindicatos da FNP. Mais ainda, de desmontá-la mesmo num primeiro dia de forte greve. Neste quadro, de parte de sindicatos da FNP perdeu-se a chance de superá-lo com a manutenção da greve em suas bases.

A saída de Pedro Parente só dá mais ânimo para impedir que o desmonte do sistema Petrobrás seja de fato consolidado pelo governo neoliberal de Temer. Esta é uma vitória dos trabalhadores que colocou em xeque a política de preços de Pedro Parente, colocando-a sob discussão no momento. Daí a importância de estarmos juntos. FNP e Sindipetro-RJ são a favor da Unidade, ao contrário da FUP que tem rejeitado o diálogo. Logo, é fato que a tão sonhada Unidade petroleira só vai acontecer se a base pressionar; em que pese as diferenças, continuamos insistindo na construção de um comando e calendário unitário de greve.

É urgente responder ao clamor da base por Unidade. Que os trabalhadores pressionem e exijam isso das suas direções sindicais. A greve nos garantiria o embate contra o Leilão do Pré-Sal a ser realizado neste dia 7 de junho, que a Unidade se faça no ato contra o Leilão.

O sindicato retoma agora a discussão e divulga ainda esta semana a data das assembleias.

**TURNO 12H
CENPES**



LEILÃO SERÁ MAIS UM CAPÍTULO DA ENTREGA DO PRÉ-SAL

Leilões reduzem de 92% para 77,8% participação da Petrobrás como concessionária

Segue a entrega das reservas de petróleo brasileiras às empresas internacionais

A Agência Nacional do Petróleo (ANP) realiza nesta quinta-feira (7), a partir de 9h, em um cenário de luxo e ostentação, no hotel Grand Hyatt, Barra da Tijuca, Zona Oeste do Rio de Janeiro, a 4ª Rodada de Partilha, o leilão que vai “doar” mais uma parte do patrimônio brasileiro.

Se não bastassem, no presente, a venda de ativos, a privatização da Petrobrás, a partir da âncora de vinculação dos preços nacionais às variações de preços no mercado internacional, ainda destroem as perspectivas futuras de controle da produção nacional pelos trabalhadores brasileiros e pela Petrobrás, a cada novo leilão de petróleo e nova parceria da Petrobrás com os seus concorrentes.

O resultado desses leilões, conforme

anúários estatísticos da ANP, já expressam seus nefastos resultados com a redução das participações da Petrobrás como concessionária, tanto na produção nacional de petróleo quanto de gás natural: em 2012 a Petrobrás produzia 91,6% do petróleo, contra 81,5% em 2016 (que já reduziu a 77,81% em 2017); e em relação ao gás natural, em 2012 produzia 89,9% e em 2016, 78,6%. Devido às “parcerias nos leilões”, a Petrobrás ainda responde por mais de 93% da operação e se mantém como a terceirizada preferida das concorrentes.

E em mais uma Rodada de Partilha, a 4ª, vamos assistir novamente a continuação de um enredo já manjado, em que veremos mais uma vez a consolidação do papel (secundário) da Petrobrás, com o protagonismo das petrolíferas cada vez mais acentuado. A audiência da concorrência estrangeira agradece.

TAG: VENDA PODE SER SUSPensa HOJE

Nesta terça-feira (5), o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Pernambuco retoma o julgamento da Ação Popular que visa impedir que a Petrobrás venda o controle Acionário da TAG - Transportadora de Gás, sem a realização de procedimento licitatório e sem obediência às regras do Programa Nacional de Desestatização - PND.

O adiamento foi devido ao pedido de vistas por um desembargador, após o relator ter votado pela concessão da liminar suspen-

dendo a venda. A TAG é responsável pela maior malha de dutos do país. A Petrobrás venderá a rede de dutos e depois alugará a mesma malha por meio de um contrato de longo prazo, com uma cláusula de pagar se não usar, a exemplo do que já ocorre com a NTS, cujo aluguel da malha impacta o balanço da Petrobrás. A Transportadora obteve no ano passado um lucro líquido de R\$ 7 Bilhões. A ação foi impetrada pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP).

TEMER CONTINUA DE OLHO GRANDE NO PRÉ-SAL

O governo entreguista está trabalhando para usar o Projeto de Lei 8.939/17, do deputado José Carlos Aleluia (DEM/BA) para liberar a direção da Petrobrás a vender até 70% da Cessão Onerosa do Pré-Sal.

Ainda, sem um acordo para a revisão do contrato, sem definição do valor que o governo deve pagar à Petrobrás, os entreguistas de plantão forçam a aprovação do Projeto, pois foi a condição imposta por Pedro Parente para aceitar o pagamento em óleo ao invés de dinheiro. Colocada em regime de urgência, a matéria deve ser votada esta semana pela Câmara dos Deputados.

Segundo fontes na Câmara, o governo de Temer entende que o acordo fechado para encerrar a greve dos caminhoneiros, que vai gerar uma demanda

de caixa de R\$ 13,5 bilhões, vai forçar a aprovação de 70% da entrega da Cessão Onerosa e a realização do leilão do petróleo excedente ainda em 2018.

Vale destacar que a ANP enviou ao TCU em abril os dados de um laudo que projeta a existência de até 17,2 bilhões de barris de óleo recuperáveis nas reservas excedentes, ou seja, uma estimativa quase 15% superior àquela que a própria agência havia divulgado em novembro do ano passado.

O projeto de Aleluia aguarda parecer do relator, deputado Daniel Almeida (PCdoB-BA) na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS).

Para saber mais sobre o tema, veja o Boletim Sindipetro-RJ nº 71.

MUDA O NOME, MAS ...

O novo presidente da Petrobrás, Ivan Monteiro, pelo jeito, assim como o seu antecessor, Pedro Parente, também apresenta possíveis conflitos de interesse para dirigir a empresa.

Até fevereiro de 2015 participava do Conselho de Administração do Grupo Ultrapar. Integrante do Grupo, a Ultragas, fechou recentemente a compra da Liquigás, reprovada pelo CADE, em operação que envolvia R\$ 2,8 bi. Em outro caso, segundo o jornal Folha de São Paulo, Monteiro pagou R\$ 200 mil à CVM (Comissão de Valores Mobiliários) para encerrar um processo sancionador aberto pelo órgão contra ele. O valor foi sugerido pelo próprio Monteiro e aceito pela CVM.

Desde 2017 a CVM investigava as causas da não divulgação, em fato relevante da empresa, após vazamento pela imprensa, dos valores em negociação para a venda de 90% da NTS (Nova Transportadora do Sudeste), um gasoduto com mais de 2 mil km.

A Folha indagou à Petrobrás quem pagou os R\$ 200 mil, mas a empresa não respondeu. O jornal apurou que tem sido uma norma a estatal arcar com pagamentos quando há acordos entre seus executivos com a CVM.

Enquanto isso, a mesma generosidade não é exercida para com a categoria, que espera boa fé na negociação sobre o pagamento da PLR.

SEMINÁRIO: POLÍTICA DE PREÇOS DA PETROBRÁS

A AEPET e o Clube de Engenharia promovem o seminário “O mito da Petrobrás quebrada, política de preços e suas consequências para o Brasil”. O evento acontece hoje, terça-feira (05), às 17h, no Clube de Engenharia e terá transmissão ao vivo pela web tv do Clube de Engenharia. O seminário tem entrada gratuita, limitada à capacidade do auditório (80 pessoas). O Clube de Engenharia fica na Avenida Rio Branco 124, 20º andar.

No primeiro painel, o professor Ernani Torres trata da história da política de preços da Petrobrás. Em seguida, o economista Cláudio Oliveira revela o “mito da Petrobrás quebrada”. O presidente da AEPET, Felipe Coutinho, abordará as consequências da política de preços da Petrobrás. Encerrando o seminário, o engenheiro e consultor Paulo César Ribeiro Lima defende a produção e o refino do petróleo a serviço do Brasil.

Sindipetro RJ

Sindicato dos Petroleiros do Rio de Janeiro

www.sindipetro.org.br

(21)3034-7300/7326

Comunicação: Antony, Carla Marinho, Coaracy, Eduardo Henrique, Gustavo Marun, Natália, Vinicius | (21)3034-7307/7337

Edição e redação: André Lobão (MTb 28.307-RJ) e Regina Quintanilha (MTb 17.445-RJ).

Secretaria: Ronaldo Martins | **Diagramação:** Adriana Gulias

Projeto Gráfico: Caio Amorim | **Impressão:** MEC | **Tiragem:** 7.000

SMS DA TRANSPETRO SE NEGA A INVESTIGAR ACIDENTE DE TRABALHO

O SMS da Transpetro, há 6 meses, ignora o Padrão, a CIPA e o Sindipetro RJ e se recusa a abrir comissão para investigar um acidente por doença ocupacional.

Com laudos de dois médicos assistentes, o empregado procurou o Sindipetro RJ, que emitiu o Comunicado de Acidente de Trabalho (CAT) em outubro/17 registrando o acidente de trabalho. A Transpetro emitiu a CAT, em dezembro após constituir Junta Médica. O INSS, em janeiro, homologou a doença ocupacional.

A CIPA já cobrou a abertura da comissão de investigação de acidente para apurar as causas. O Sindipetro RJ encaminhou ofício cobrando no dia 20/03. Ambos estão sendo ignorados.

Estamos no aguardo da empresa que diz demonstrar compromisso com a vida e respeito às diretrizes de SMS.

A mesma demora nas comissões de investigação se observa em incidentes ocorridos no Cenpes, onde, desde janeiro, várias pendências se acumulam.

QUEREMOS PLR JUSTA

Conforme comunicado à Petrobrás no Informe de início da greve e no Boletim do Sindipetro-RJ, 61% dos trabalhadores que participaram das assembleias realizadas de 15 a 23 de maio, rejeitaram a proposta da direção da Petrobrás relativa ao pagamento da PLR.

O Sindipetro-RJ aguarda retorno do novo ofício enviado à Petrobrás e agendamento de nova reunião, na expectativa de que a empresa atenda ao pleito

da categoria, considerando todas as parcelas remuneratórias e abrangendo os trabalhadores de Araucária.

No documento enviado à empresa, a entidade salienta que espera que a Petrobrás respeite o Acordo Coletivo dos Trabalhadores, bem como o acordo específico de PLR e solicita que “reformen o termo de quitação a fim de que o mesmo não restrinja o acordado, mas, sim, o respeite”



Para celebrar o “adeus” de Pedro Parente foi realizado nesta segunda-feira (4) um ‘lanche petroleiro’ na porta do EDISEN.

Porém, a saída de Parente não tira o amargo da continuidade do Plano de Desinvestimento da Petrobrás, que

privatiza os ativos e ataca direitos dos trabalhadores, que continuam mobilizados e preparados para barrar esta situação que deve abraçar a gestão de Ivan Monteiro.

ERRATA: BOLETIM 73- ESPECIAL GREVE

Na matéria ‘Paralisações, atrasos e atos pelo Brasil, no primeiro dia da greve do Boletim Especial, que mostra a relação de unidades da Petrobrás que aderiram a Greve Nacional Petroleira no dia 30 de maio, faltou incluir o CNCL, localizado aqui na Base do Sindipetro-RJ, que aderiu ao movimento com corte de rendição.

DECISÃO LIMINAR - ABUSIVA E MAIS DO QUE PRECÁRIA

Antes de mais nada, admitimos que se façam juízos de nosso movimento, pois isso nos autoriza a fazer o mesmo quanto aos nossos julgadores.

Lembremos da máxima que alerta sobre uma prática sagaz de ludibriação: acuse alguém daquilo que comete. Pois é exatamente isso que faz a liminar expedida sobre a greve dos petroleiros. A medida é abusiva porque já julgava um movimento como abusivo sem sequer o mesmo ter iniciado. É abusiva porque estabelece multas impagáveis e completamente fora da realidade, de R\$ 500 mil diários, num primeiro momento, aumentando-as para estratosféricos R\$ 2 milhões diários, em seguida. É abusiva pois renega, a priori, o direito legítimo de greve, previsto constitucionalmente.

Ainda, a liminar é precária, pois se baseia em argumentos frágeis, citando textualmente somente a “aparência” do movimento, sem o conhecer a fundo e sem o cuidado da análise de sua essência. Revela-se, portanto, mais opinativo que analítico, fato típico de uma visão ideológica dissimulada, que expressa um preconceito contra o movimento sindical e seu livre direito de organização. Sua argumentação reproduz uma visão de que somente pleitos relativos à questões de interesse mais imediato e particular da categoria podem ser tratados por ela, mas que os rumos da Petrobrás

devem ser unicamente decididos por uma diretoria à serviço dos acionistas, sobretudo estrangeiros. Avaliação sem qualquer sentido lógico, pois que a perenidade dos direitos corporativos estão intrinsecamente ligados aos rumos estratégicos da Petrobrás e ao seu papel como uma empresa estatal fruto de um histórico movimento popular. Inegáveis são suas obrigações na indução do desenvolvimento nacional, na oferta de empregos de qualidade e na busca da soberania energética. Ainda, do ponto de vista jurídico, não há lei que proíba qualquer motivação política no exercício do direito de greve. Se houvesse, ficaria patente que a lei, serve aos patrões como lei antigreve. Já que, toda e qualquer reivindicação, pode ser qualificada como política ou tendo fins políticos.

De certa forma, esse tipo de rompante jurídico autoritário, de decretar o impedimento preventivo de greve sem sequer ouvir a parte julgada, acaba por desnudar o que já sabemos: o dito “Estado Democrático de Direito” é restrito e viciado, sempre instrumentalizando o controle contra os trabalhadores em favor das classes dominantes. Não existe neutralidade sequer nas leis, quanto mais nos agentes que se arvoram guardiões das mesmas.

O que constatamos, não é só um ataque à categoria petroleira, mas uma tentativa no reforço jurídico de um entendimento contra qualquer movimento de greve, restringindo

o que pode ser reivindicado e o momento de o fazer. O oportunismo da liminar é notório ao aprofundar as restrições que já existem na lei de (anti)greve, se aproveitando do estado de caos existente no país, o qual os petroleiros buscam combater com a organização dos trabalhadores e com a greve.

A nosso ver, toda essa repressão preventiva é proporcional ao receio do potencial contagiante de nosso movimento, em função da justeza de suas reivindicações e do apoio da população quanto a ele. Outras categorias já entraram na luta e mais se programam para tal.

Por fim, o que não passa despercebido no conteúdo da liminar é o modo como denuncia o que sempre soubemos: a falácia da gestão “técnica” e “independente de governo” que ora é usada para proteger o programa de desmonte da empresa. Se a direção da Petrobrás, como se afirma na liminar, não tem ingerência sobre a política de preços que pratica nos combustíveis e gás de cozinha, tampouco sobre a retomada da produção interna de combustíveis e sobre as privatizações realizadas porque “o empregador (...) não tem como solucionar as demandas cujos destinatários são os Poderes Públicos”, fica mais do que claro que todo o desmonte contra o qual lutamos é uma diretriz do governo brasileiro, em perfeita sintonia com as ordens das multinacionais estrangeiras.

BF: MEDICAMENTOS ATÉ R\$ 150 FICAM DE FORA

Já está em vigor desde o dia 1º de junho o novo modelo do Benefício Farmácia, que será de coparticipação, seguindo o ACT 2017/2019. O Sindipetro-RJ continua cobrando que a Petrobrás resolva o problema dos medicamentos abaixo de R\$ 150,00, não incluídos na listagem de benefícios. Ao longo das negociações do ACT 2017/19 também cobramos alterações, durante as reuniões de Comissões, para reduzir o impacto da mudança na força de trabalho, tendo conseguido, por exemplo, a inclusão das seguintes doenças neurológicas crônicas: Alzheimer; Parkinson; Epilepsia; Esclerose Múltipla; Síndrome dos Corpúsculos de Levy; Doenças de Neurônio Motor (Ela); Atrofia Muscular Espinhal; AVC e aquelas com interface com doenças psiquiátricas.

Com a adoção do novo modelo, não haverá mais cobrança de contribuições mensais fixas no contracheque. Na modalidade de coparticipação, ocorrerá desconto somente quando o benefício for utilizado. Além disso, os beneficiários poderão obter descontos em farmácias que estão sendo conveniadas pela Petrobrás. Segundo a empresa já foram firmados convênios com a rede Pague Menos e a Drogaria Venâncio (veja no site de ambas para verificar os locais das farmácias).

No último dia 29 de maio foi realizada

mais uma reunião da Comissão que trata de ajuste ao novo modelo. "Agora vamos verificar como esse novo serviço irá funcionar nestes primeiros dias, caso ocorram problemas o sindicato se fará presente como representante da categoria para defender os beneficiários do sistema" - disse Celso Kafu, diretor do Sindipetro-RJ.

Prazos de reembolso - Em relação aos reembolsos de medicamentos, os adquiridos até 31/05/2018 com pedidos de reembolso entregues até 31/07/2018 serão pagos pela companhia ainda com base no modelo anterior. Os medicamentos adquiridos a partir de junho terão seus pedidos de reembolso tratados a partir de julho, de acordo com as novas regras e tabelas de coparticipação divulgadas no Anexo X do ACT 2017-2019.

Sobre a modalidade de delivery de medicamentos, nada muda. Os beneficiários que já são atendidos por essa modalidade ou que necessitem de medicamentos de alto custo (valor unitário a partir de R\$ 300,00) e oncológicos poderão utilizar o delivery, de acordo com os atuais procedimentos.

Em caso de qualquer dificuldade com o novo modelo, pedimos aos beneficiários que entrem em contato imediato com o sindicato.

AUDIÊNCIA PÚBLICA EM DEFESA DA PETROS

Na manhã da última segunda-feira (28), a Câmara Municipal do Rio de Janeiro promoveu o debate público "Em defesa da Petros". No debate, os participantes ressaltaram o abusivo equacionamento da Petros, além do grande interesse de empresas estrangeiras pela Petrobrás, em que lutam para expandir o acesso de suas corporações no nosso país.

Presentes os representantes, da FNP, FUP, AEPET, Federação dos Marítimos, deputados e outros. O evento foi uma iniciativa do vereador Reimont (PT) e aconteceu no plenário Teotônio Villela do Palácio

Pedro Ernesto, na Cinelândia.

Roberto Ribeiro, diretor da FNP/Sindipetro-RJ, participou da mesa de debate: "Esse equacionamento é muito mais político que técnico. Nós, enquanto aposentados, somos os que mais sofrem com essa situação em que descontos extraordinários chegam até 300% do que contribuimos. Muitas pessoas já estão tendo problemas de saúde e enfrentando situações que limitam o seu orçamento doméstico até para cumprir obrigações básicas como comprar sua própria alimentação" - denunciou."

CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO

- EDICIN: 4 e 5 de junho
- EDIHB: 6, 7 e 8 de junho

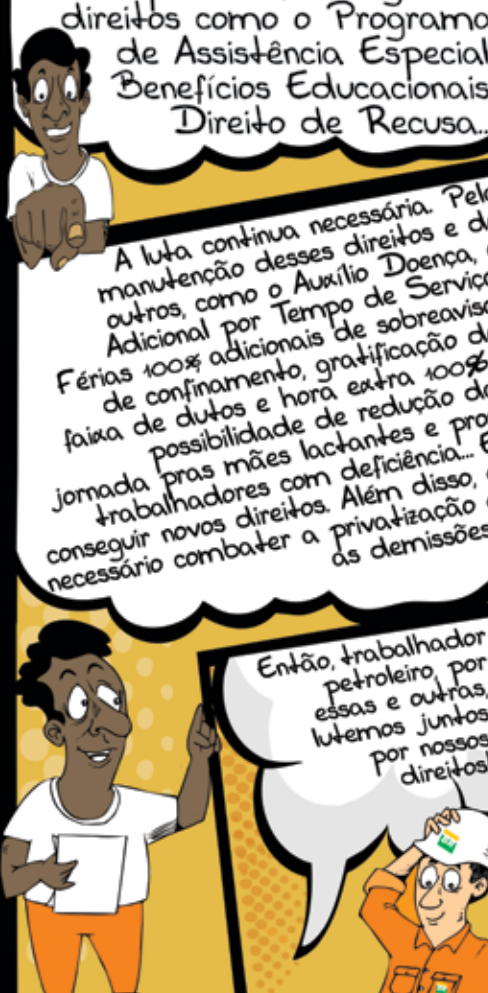
Sindicalize-se!



Vocês, que lutaram no passado, conseguiram direitos como o Programa de Assistência Especial, Benefícios Educacionais, Direito de Recusa...

A luta continua necessária. Pela manutenção desses direitos e de outros, como o Auxílio Doença, o Adicional por Tempo de Serviço, Férias 100% adicionais de sobreaviso, de confinamento, gratificação de faixa de dutos e hora extra 100%, possibilidade de redução da jornada para mães lactantes e para trabalhadores com deficiência... E conseguir novos direitos. Além disso, é necessário combater a privatização e as demissões.

Então, trabalhador petroleiro, por essas e outras, lutemos juntos por nossos direitos!



PROJETO PARTO ADEQUADO ESTÁ DISPONÍVEL PARA BENEFICIÁRIAS DA AMS

Futuras mães beneficiárias da AMS no Rio de Janeiro, já podem optar pelo parto normal humanizado. O Projeto Parto Adequado está disponível em parceria com a Clínica Perinatal de Laranjeiras e a Clínica Perinatal da Barra da Tijuca. Em breve, a iniciativa será estendida para outros estados, em parceria com maternidades credenciadas.

Segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) o parto natural reduz em três vezes os riscos de morte para a mãe por infecções ou hemorragias; a recuperação é mais rápida e a amamentação é facilitada devido aos hormônios que a mãe produz. Para o bebê, o parto natural elimina os riscos de lesões, reduz em 120 vezes os problemas respiratórios, protege contra infecções; elimina os riscos de retirada prematura.

O Projeto é uma iniciativa da ANS em parceria com o Hospital Israelita Albert Einstein (HIAE) e o Institute for Healthcare Improvement (IHI), com apoio do Ministério da Saúde (MS). O objetivo é mudar o modelo de atenção ao parto. No Brasil, a taxa de cesarianas na saúde privada é de 84% e na saúde pública chega a 40%. Cerca de 25% dos óbitos de recém-nascidos e 16% dos óbitos infantis estão relacionados à prematuridade. Atualmente participam do Projeto Parto Adequado em todo o Brasil 136 maternidades e 68 operadoras de planos de saúde. Nos 18 meses iniciais do projeto foi possível evitar a realização de 10 mil cesarianas desnecessárias.

Como Aderir ao Projeto - Para aderir ao Projeto as beneficiárias da AMS no Rio deverão agendar a primeira consulta do pré-natal, por telefone, em uma das unidades credenciadas, a Clínica Perinatal de Laranjeiras (telefone: (21) 2102-2300) ou a Clínica Perinatal da Barra da Tijuca (telefone: 3722-2000).

NÃO ESQUECEMOS DO TABG!

Na correria da cobertura da Greve Nacional Petroleira, acabamos por não publicar fotos na edição do boletim 73 - 'Especial da Greve' da base do TABG durante os dias de paralisação.

Por conta disso, pedimos a compreensão dos guerreiros e guerreiras da unidade, reconhecendo que esses companheiros estão na linha de frente na luta petroleira aqui na base do Sindipetro-RJ.

